

Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital*

Luís Vicente Baptista**

Resumo: Ao longo do século XX Lisboa esmaga, do ponto de vista demográfico, os outros centros urbanos e domina sem competição o país.

Primeiro sozinha, crescendo violentamente face a um Portugal Continental contido no seu crescimento populacional. Cresce ao ponto de em 1960 concentrar um número único de habitantes no contexto nacional (mais de 800 mil), alcançando uma proporção face ao todo nacional inatingível por qualquer outro concelho (10%).

Depois, num contexto metropolitano, e em parceria com a região do Grande Porto, domina claramente o país na sua repartição populacional. A caminho de Lisboa a sul e do Porto a norte estão hoje instalados a esmagadora maioria dos residentes no Continente.

Introdução

Ao invés das intenções dominantes entre políticos, técnicos e estudiosos diversos que ao longo deste século, como já no século XIX e mesmo antes, proclamaram a necessidade de contrariar a tendência para a exagerada concentração populacional em torno da capital (e também, nalguns casos, da cidade do Porto), através de alterações significativas na localização do tecido económico nacional, os dados populacionais relativos aos últimos 127 anos (1864-1991) mostram precisamente o contrário.

O que intriga no caso português não é o crescimento populacional das suas duas maiores cidades e das áreas envolventes mas antes a incapacidade de arranque demográfico de outras cidades, incapazes de capitalizar

* Este texto insere-se no âmbito de um trabalho mais amplo que o autor prepara neste momento como Tese de Doutoramento na FCSH-UNL.

** Sociólogo. Assistente no Departamento de Sociologia na FCSH da UNL.

uma população deslocada das actividades tradicionais do campo. É que tal situação não só persiste — inexistência de uma “armadura urbana” de cidades de dimensão média nos séculos XIX e XX (V.M. Godinho, 1971, pp. 19-44) — como nos últimos 30 anos se vê agravada.

O aumento da percentagem de população das cidades (e das áreas urbanas em geral), traço característico das sociedades industriais contemporâneas (Wirth, 1938; Ledrut, 1968), é feito exclusivamente à custa dos dois maiores centros nacionais, amesquinhando inclusivamente a importância de outros centros, mesmo os que historicamente se enquadram nas áreas de Lisboa e Porto ou servem de ligação entre a capital do norte e a do sul (ver Quadro 1).

A bicefalia urbana, já identificada para meados do século XIX por David Justino (1988, p. 366), a que corresponde uma bipolarização económica, radicaliza-se, pelo menos na óptica demográfica. E mesmo neste contexto de dominação dos dois maiores centros urbanos do país face ao resto do território continental, momentos há em que a excepionalidade da cidade de Lisboa (expondo a sua vocação macrocéfala) é patente.

Neste texto pretendemos retratar e formular hipóteses, algumas ainda em fase embrionária, sobre a(s) forma(s) como a cidade de Lisboa foi vendo reforçada em um século a sua condição, óbvia mas às vezes esquecida, de capital demográfica do país, sem ultrapassar os limites da análise dos dados populacionais.

Procuraremos apreciar até que ponto a capital do país vive ao longo destes quase cento e trinta anos da sua história uma situação de excepionalidade demográfica no contexto de um país escassamente urbanizado (V.M. Godinho, 1971; A. Lopes Vieira, 1977; D. Justino, 1988).

1. Estruturação da dominação demográfica de Lisboa

Recorremos a três indicadores que analisados cruzadamente permitem uma primeira interpretação das condições (limitações) do seu crescimento excepional no contexto nacional:

- a) Volume de população residente dos mais populosos concelhos portugueses entre 1864 e 1991 e respectiva densidade concelhia;
- b) Proporção de população da cidade de Lisboa (área administrativa) no contexto do Continente português;
- c) Proporção de população da área de contiguidade residencial da cidade de Lisboa no contexto do Continente português.

a) Em termos absolutos a cidade de Lisboa atinge um valor ímpar em termos populacionais: 807 mil habitantes em 1981. O valor que lhe fica mais próximo é o do concelho do Porto em 1981 que chega aos 327 mil habitantes. Por aí se situa também o concelho de Loures que em 1991 chega aos 322 mil residentes (ver Quadro 1).

Quadro 1: Os dez concelhos mais populosos de Portugal Continental em 1864, 1900, 1930, 1960 e 1991

1864		1900		1930		1960		1991	
Lisboa	190 311	Lisboa	351 210	Lisboa	591 939	Lisboa	802 230	Lisboa	663 404
Porto	89 349	Porto	165 729	Porto	229 794	Porto	303 424	Loures	322 158
Braga	48 420	V.N. Gaia	74 482	V.N. Gaia	102 950	V.N. Gaia	157 357	Porto	302 535
V.N. Gaia	47 631	Braga	58 339	Coimbra	76 494	Guimarães	116 272	Sintra	260 951
Viseu	47 319	Guimarães	54 910	Guimarães	65 417	Coimbra	106 404	V.N. Gaia	248 567
Guimar.	44 188	Coimbra	54 105	Viseu	61 140	Loures	102 124	Amadora	177 167
Barcelos	44 021	Viseu	54 047	Braga	58 761	Oeiras	94 255	Guimarães	157 589
V. Castelo	42 526	V. Castelo	47 311	Barcelos	58 360	Braga	92 938	Cascais	153 294
Coimbra	40 681	Barcelos	46 953	Leiria	55 234	Matosinhos	91 017	Almada	151 783
Guarda	33 006	Leiria	44 811	Santarém	54 701	Gondomar	84 599	Matosinhos	151 781

Fonte: Recenseamentos Gerais da População. INE

A distância entre os valores alcançados por Lisboa e os outros concelhos mais populosos é abismal. Nem o Porto atinge no seu máximo metade do máximo da capital. Esta apresenta ao longo deste século sempre valores que no mínimo duplicam o peso do segundo concelho mais habitado no mesmo momento de análise.

Mas, para além desta evidência de dominação demográfica da capital, há uma alteração no posicionamento dos concelhos¹ mais populosos do país que nos parece necessário reter. Em 1864, e ainda em 1930, as maiores concentrações municipais a nível do continente estavam ligadas à existência de antigas cidades que agregavam uma população significativa no contexto português. Veja-se o caso de Braga, Viseu, Guimarães, Barcelos, Viana do Castelo, Coimbra, Guarda em meados do século XIX ou, ainda, Leiria e Santarém em 1930.

Contudo, 1960 marca já um outro momento. Loures, Oeiras, Matosinhos e Gondomar ganham terreno face às cidades tradicionais, situação ainda muito mais nítida em 1991 quando apenas Guimarães resiste entre os dez concelhos mais populosos do Continente. Todos os outros municípios são contíguos (ou quase!) à cidade de Lisboa (Loures, Sintra,

Amadora, Cascais e Almada) ou à cidade do Porto (Vila Nova de Gaia e Matosinhos).

A frágil estrutura de cidades de “médio porte”, no contexto português, perde importância em favor de arrabaldes das maiores cidades e, mais claramente, dos de Lisboa. A capitalização demográfica da cidade do Tejo é agora mais acentuada fazendo-se à custa não só de si própria mas também das populações residentes “extramuros” que aqui acorrem.

O simples cálculo para 1991 das densidades destes 20 concelhos que se vão posicionando ao longo de mais de um século como os mais populosos do país (ver Quadro 1), reforça o já observado. Ainda hoje, num momento em que as cidades de Lisboa e do Porto são perdedoras de população (de 1981 para 1991) a sua densificação é inalcançável, à excepção da cidade da Amadora que na prática é a extensão da cidade de Lisboa para fora dos seus limites administrativos e que se eleva acima dos 7000 habitantes por quilómetro quadrado (km²).

Escalonando estes 20 concelhos por níveis de densidade populacional em 1991 deparamo-nos com o seguinte panorama:

+ 7000 hb./km²	1000-2000 hb./km²	200-500 hb./km²
LISBOA (7913)	LOURES (1727)	COIMBRA (439)
AMADORA (7453)	CASCAIS (1579)	BARCELOS (295)
PORTO (7262)	V.N. GAIA (1455)	VIANA CASTELO (264)
Área concelhia em km ² :	GONDOMAR (1074)	Área concelhia em km ² :
respectivamente, 83.84,	Área concelhia em km ² :	respectivamente, 316.83,
23.77 e 41.66	respectivamente, 186.49,	378.70 e 314.36
	97.07, 170.82 e 133.26	
2000-7000 hb./km²	500-1000 hb./km²	105-200 hb./km²
OEIRAS (3308)	SINTRA (826)	LEIRIA (182)
MATOSINHOS (2436)	BRAGA (779)	UISEU (165)
ALMADA (2169)	GUIMARÃES (611)	SANTARÉM (112)
Área concelhia em km ² :	Área concelhia em km ² :	PORTUGAL C (106)
respectivamente, 45.75,	respectivamente, 316.05,	Área concelhia em km ² :
62.30 e 69.98	183.51 e 257.85	respectivamente, 564.66,
		507.20 e 559.29
		-105 hb./km²
		GUARDA (54)
		Área concelhia em km ² :
		717.88

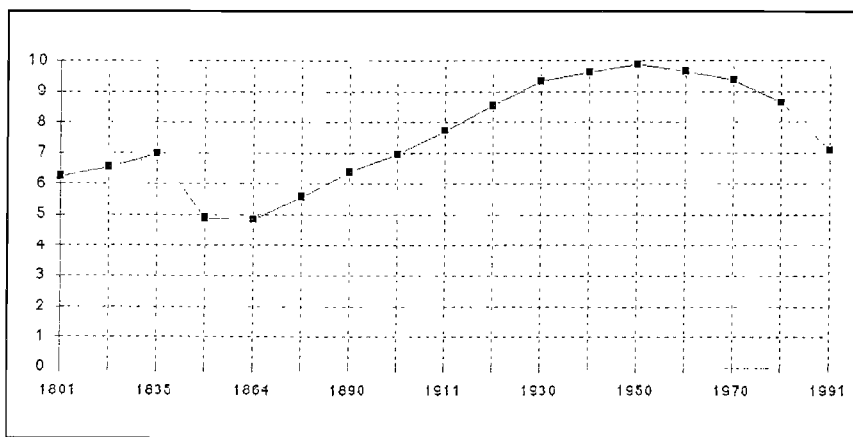
Contudo, é necessário ressaltar, em relação à utilização das densidades, que as áreas concelhias das sedes distritais que aqui utilizámos são muito superiores às das cidades de Lisboa e Porto e mesmo dos seus concelhos limítrofes. A coincidência do espaço concelhio com a área intensamente urbanizada é pois uma característica das duas maiores cidades do país. No caso da Amadora, a diminuta área municipal associada à ligação física deste concelho a uma das áreas principais de crescimento da capital (Benfica) explica essa particular densificação.

Ora o que ainda assim não fica clarificado é a perda objectiva da velocidade de crescimento das antigas cidades principais. É o próprio volume de população que não cresce de forma visível de modo a permitir a estas cidades manter uma posição de liderança demográfica.

b) Em termos relativos o peso da cidade de Lisboa ao longo dos séculos XIX e XX é também ímpar a nível nacional. A cidade mantém uma posição de supremacia em valores absolutos e em termos relativos que se agiganta num período de excepcionalidade demográfica² em que representa praticamente 10% da população total do continente, entre 1930 e 1970.

Esta situação excepcional é já apontada por V.M. Godinho (1871, p. 19) a propósito do ano de 1960, caminhando progressivamente a cidade, depois de 1970, para uma proporção mais próxima dos valores habituais ao longo destes dois últimos séculos entre os 5 e os 7% do total da população do Continente (ver Figura 1 e Anexo 1).

Figura 1: Proporção da população do Continente residente na cidade de Lisboa de 1801 a 1991



As alterações dos seus limites administrativos (J.A. França, 1980, p. 75, 76) não afectam a contagem dos residentes nas diversas áreas de residência que vão de facto constituindo a capital, parecendo tais modificações resultar sobretudo de diversas concepções de dominação territorial da capital. Afirma J.A. França, relativamente ao período crucial destas alterações: “Ainda desta vez (1895) todos estes limites administrativos e fiscais pouco tinham a ver com a urbanização, que se mantinha dentro dos espaços tradicionais, pombalinos ou então em recente data definidos na grande modificação de cerca de 1880” (p. 76).

Fica claro que a cidade vai crescendo sempre aquém do limite administrativo, disputado ao longo dos tempos, e que só nos anos 50 e sobretudo nos anos 60 deste século as localidades dos arredores vão sendo capazes de ganhar peso próprio, contrariando a dominação da cidade-concelho³. A partir de 1970 a situação já está invertida e a perda de importância demográfica da cidade no seu contexto metropolitano é a característica mais evidente (ver Quadro 2).

Contudo, a cidade é, ainda assim, um caso à parte de capacidade de retenção populacional ao longo destes dois séculos.

A relativa estabilização da percentagem de residentes dentro da área administrativa da cidade entre os 5 e os 7% ao longo de todo o século XIX (de 1801 a 1900), valor retomado em 1991 é de longe acompanhado apenas pela cidade do Porto. A meio do percurso, em 1900, esta cidade do norte queda-se pelos 3.29% da população do continente contra os 6.97% de Lisboa. Curiosamente esta primeira cidade nunca ao longo do século corrente chega aos 4% nem desce abaixo dos 3% do total nacional, havendo uma relação muito equilibrada entre o crescimento da cidade do Porto e o crescimento do continente português.

Em contraste, Lisboa ganha velocidade no seu crescimento saltando a barreira dos 7% em 1911, a dos 8% em 1920 e a dos 9% logo em 1930. Depois estabiliza perto dos 10% só começando a decrescer em 1970, caindo dos 9% em 1981, e ficando pouco acima dos 7% em 1991. A sua maioria demográfica é, ainda, maior praticamente ao longo de todo o século XX.

c) Ao nascer do novo século Lisboa dominava populacionalmente de forma inequívoca a zona que em seu torno se estendia. Se o seu peso em termos nacionais já ascendia aos 7% (6.97), o conjunto de concelhos que lhe são contíguos (a norte e a sul do Tejo) ainda estão distantes dos 3% do total nacional (2.58). Falamos dos concelhos de Loures, Sintra, Cascais, Oeiras (incluindo a Amadora) e Vila Franca de Xira a norte e de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo.

Em relação a 1864 (1.º Recenseamento Moderno da População), Lisboa já iniciara o seu fulgurante crescimento. Se no primeiro momento representava menos de 5% da população do Continente (4.85), em 1900 fixa-se nos referidos 7%. Em comparação, o resto dos concelhos que lhe são próximos continua estável nestes 30 anos em torno dos 2.5%.

A capital acolhe agora (1900) cerca de 73% da população da área que virá a constituir a chamada Área Metropolitana de Lisboa. A barreira dos 70% será uma constante, já oriunda do século transacto (1890, 72.60%) e que irá sofrendo progressiva erosão a partir dos anos 40, quedando-se em 1950 nos 67.69%, caindo abaixo dos 59% em 1960, à volta dos 45% em 1970, dos 35% em 1981 e nos 29% em 1991.

As posições invertem-se. Da dominação de 3/4 da população da sua área contígua, o centro da metrópole conserva no seu interior, cem anos depois, pouco mais de 1/4 das gentes que vivem na sua Área Metropolitana (Quadros 2 e 3).

Quadro 2: Percentagem da população do Continente residente na cidade de Lisboa, na AML, na cidade do Porto de 1864 a 1991

	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
LISBOA	4.84	6.39	6.97	7.73	8.55	9.34	9.62	9.89	9.67	9.36	8.65	7.08
Resto AML*	2.41	2.41	2.58	2.92	3.09	3.52	3.8	4.71	6.79	11.13	15.65	17.33
Total AML	7.25	8.8	9.55	10.65	11.64	12.86	13.42	14.61	16.46	20.49	24.3	24.41
PORTO	2.27	3.11	3.29	3.44	3.57	3.63	3.58	3.55	3.66	3.71	4.5	3.23
Resto AMP**	3.24	3.66	3.8	4.05	4.18	4.49	4.78	4.99	5.65	6.82	7.55	8.28
Total AMP	5.51	6.77	7.09	7.49	7.75	8.12	8.36	8.54	9.31	10.53	11.05	11.51

* Cascais, Loures, Oeiras e Amadora, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal

** Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1960 e seguintes (para consultar valores absolutos, ver Anexo 2)

Diferentemente do caso lisboeta, o Porto vive uma situação de menoridade demográfica face aos seus concelhos limítrofes. Mesmo que apenas tomemos como referência de enquadramento da “capital nortenha” os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, ainda assim o desfavor populacional do Porto é permanente. Esta cidade nunca chega a atingir o mesmo peso que o conjunto dos concelhos envolventes, o que contrasta com a realidade populacional da área de Lisboa até 1970 (ver Quadro 3).

A conquista dos arredores como zona por excelência de nova residência é pois uma marca específica que a cidade de Lisboa vai imprimindo na história desta região, sobretudo após a Segunda Grande Guerra, e que tem como consequência, a partir dos anos 60, o fim da dominação numérica da cidade-capital no seu contexto metropolitano.

A norte não sucede o mesmo. A cidade nunca domina demograficamente, sendo já identificáveis em 1864 as tendências ainda hoje detectadas no crescimento desta área urbana: a cidade contida e o lento crescimento permanente dos concelhos envolventes. Através do Quadro 3 é visível a fraca oscilação que ao longo de um século e um quarto sofreu a proporção de população residente na cidade do Porto em relação à sua área envolvente, em contraste evidente com o exemplo lisboeta.

Quadro 3: Peso percentual da cidade-centro urbano, Lisboa e Porto, no âmbito da sua área metropolitana de 1864 a 1991

	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Lisboa/AML	66.81	72.6	72.95	72.68	73.45	72.67	71.66	67.69	58.79	45.68	35.61	29.0
Porto/AMP	33.19	45.9	46.38	45.88	46.07	44.68	42.84	41.61	39.3	35.25	31.74	28.06

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1960, 1970, 1981 e 1991 (para especificação por concelhos a norte e sul do Tejo entre 1890 e 1950, ver FERREIRA, 1987, p. 105)

Mas depois de clarificada a posição de Lisboa no contexto nacional e na sua área de envolvimento fica ainda por esclarecer o lugar destes dois centros a nível nacional que entre si competem também a nível demográfico.

Partamos da actualidade. Em 1991 apenas 33 concelhos, com mais de 50 mil habitantes, nos contextos metropolitanos de Lisboa e Porto concentram 50.15% da população de todo o continente, ou seja, numa área correspondente a 6% do território nacional (5380 km²) está concentrada metade da população.

Esta verificação mostra-nos uma situação de assimetria nacional espantosa. Os 13 concelhos em torno de Lisboa e os 20 situados numa região mais ampla, mas ainda assim articulada no seu interior, centrada no Porto (ver Anexo 3), conhecem uma dinâmica de crescimento ímpar no país. Apenas mais 14 concelhos, boa parte deles no eixo de ligação Porto/Lisboa, atingem os 50 mil residentes em 1991.

Se utilizarmos estes 33 concelhos, onde hoje reside metade da população do continente, para uma análise evolutiva da constituição de gran-

des áreas de concentração populacional em Portugal constatamos algumas situações relevantes (ver Quadros 4, 5 e 6).

Este conjunto de concelhos que hoje aglomera mais de 50% da população do Continente apenas retinha em 1864, 23.76% desta. O peso das cidades de Lisboa e do Porto e dos concelhos que lhes estão próximos é o melhor indicador da polarização permanente que ocorre ao longo destes mais de cem anos e que faz destes lugares centrais, centros demograficamente excepcionais.

O crescimento da proporção de residentes nestas áreas vai sendo constante, primeiro mais lentamente nos 36 anos que decorrem até 1900 e depois progressivamente num ritmo mais acelerado da passagem do início do século para os anos 30 e destes para a década de 60. Nos mais recentes 30 anos o ritmo de crescimento é de tal ordem que ultrapassa o crescimento, não negligenciável, que se verifica nos primeiros 60 anos deste século.

Quadro 4: Peso percentual da população da área de Lisboa e da região do Porto em relação ao total do Continente de 1864 a 1991

	1864	1900	1930	1960	1991
% ÁREA LISBOA	8.11	10.56	14.18	17.48	25.85
% REGIÃO PORTO	15.65	16.37	16.99	19.85	24.31
% AL+RP	23.76	26.93	31.17	37.33	50.16

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1960 e 1991, INE.

Mas se, conjuntamente com a região urbana do Porto, a área contígua da cidade de Lisboa cresce de forma evidente, o acréscimo populacional em si, na concentração a sul, é ainda mais espantosa. O salto dos 8% a nível do país para os quase 26% marca a diferença demográfica desta limitada área de instalação populacional, com apenas 1876 km² do território nacional (2% do total continental) e em que reside mais de 1/4 das gentes do país.

A região do Porto que tem supremacia numérica face a Lisboa nos 100 anos que vão de 1864 a 1960, perde, a caminho de 1991, tal posição. É, embora fracamente, ultrapassada pelos municípios do Tejo, o que não nos parece todavia irrelevante: numa área muito inferior (1876 km² a sul contra 3504 a norte) encontram-se instalados mais indivíduos (2,42 milhões de habitantes a sul contra 2,28 a norte).

Com base em valores fixados a partir do volume demográfico da cidade de Lisboa em 1864, podemos apreciar o ritmo de crescimento da área envolvente de Lisboa e a sua marcha na conquista da liderança face a uma região historicamente estruturada e demograficamente dominante entre o Douro e o Minho (ver Quadro 5).

Quadro 5: Evolução comparativa da população residente na Área de Lisboa e na Região do Porto, de 1864 a 1991

	1864	1900	1930	1960	1991
Área Lisboa	100	167	282	455	761
Região Porto	193	259	338	517	716

Base: 318 321 — valor para a Área de Lisboa em 1864.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1960 e 1991, INE.

Para concluir e fornecendo uma visão mais ampla do que a que demos no Quadro 3, importa não deixar de considerar a abrangência da área analisada com base nestes 33 concelhos, o que reduz percentualmente o valor das cidades de Lisboa (que engloba assim 13 concelhos) e do Porto (20 concelhos) num contexto metropolitano alargado. Pouco se afastando os seus valores dos que encontrámos em relação a uma área mais limitada, a cidade de Lisboa domina os seus arredores no século que decorre entre 1864 e 1960, caindo de então para 1991, para metade do seu valor (de 55.3% para 27.4%) (ver Quadro 6).

Quadro 6: Percentagem da população da cidade de Lisboa em relação à AL e da cidade do Porto em relação à RP, de 1864 a 1991

	1864	1900	1930	1960	1991
Lisboa	59.8	66	65.9	55.3	27.4
Resto da Área de Lisboa	40.2	34	34.1	44.7	72.6
Porto	14.5	20.1	21.3	18.4	13.3
Resto da Região do Porto	85.5	79.9	78.7	81.6	86.7

Fonte: Recenseamentos Gerais da população, INE.

Tal situação contrasta com a posição de permanente fragilidade demográfica da cidade do Porto no seu contexto mais alargado. Assim perspectivada, a cidade de Lisboa mantém, em 1991, o dobro da capacidade de retenção da “capital do norte” em relação a estas suas áreas de envolvimento. Se a cidade de Lisboa contém, no âmbito da sua área de contiguidade, 1/4 da população, a cidade do Porto vale demograficamente 1/8 da região urbana a norte.

2. Dominação e reconversão demográficas da capital portuguesa ao longo do século XX: pistas para a sua contextualização a nível nacional

Das indicações apresentadas na parte anterior ressaltam, a nosso ver, algumas marcas fundamentais da relação da cidade-capital com o país:

Lisboa esmaga os outros centros urbanos e o país em geral. Primeiro *sozinha*, crescendo violentamente face a um Portugal continental contido no seu crescimento populacional. Chega a concentrar um número de habitantes único no contexto nacional (mais de 800 mil) que representa uma proporção também inatingível por qualquer outro concelho (10% da população do continente). Depois, *num contexto metropolitano*, e em parceria com a região do grande Porto, domina claramente o país demográfico de hoje. A caminho da Lisboa a sul e do Porto a norte estão instalados a esmagadora maioria dos portugueses residentes no Continente.

Algumas questões merecem, contudo, a nossa particular atenção na medida em que nos poderão fornecer linhas de explicação para o fenómeno aqui retratado:

2.1. O crescimento excepcional da cidade de Lisboa no contexto de um país de emigração

A importância da cidade de Lisboa como centralizadora da vida do país é um dado histórico já apontado. Não competindo directamente com nenhuma outra localidade, a capital vai perpetuando uma situação de dominação, assim explanada por V. Magalhães Godinho (1971, pp. 43-44): “... Insuficiência de desenvolvimento propriamente *urbano* dos centros provinciais — e atraso no arranque inclusive do Porto. Embora numa outra época os portos secundários proliferem e prosperem, logo vem a tentacular Lisboa absorver os tratos marítimos e obstar a tais cres-

cimentos. Alternâncias, afinal, de concentração plutocrática e de tentativas de surto burguês. A resultante é sempre a timidez e o carácter restrito do urbanismo, que não constitui no fim de contas, o sorvedouro do êxodo rural. Este é embarcado, espalha-se aos quatro cantos do Orbe — e se mais mundos houvera, lá chegara.”

Ora, a confirmação da incapacidade das cidades portuguesas em assegurar a retenção das populações dos campos é flagrante se considerarmos a importância dos fluxos emigratórios que somam um total de 3 milhões e 400 mil no período de 1855 a 1974⁴, tal como confirma V. Magalhães Godinho num outro texto (p. 11, 1978). Num país que não atinge, em 1864, os 4 milhões e 300 mil (Portugal Continental e Ilhas Adjacentes) e que, ainda em 1991, abeira sem alcançar os 10 milhões (Resultados Pré-Definitivos do INE, publicados em Janeiro de 1993), este é um valor a reter.

Esta visão de conjunto encerra ainda conjunturalmente um elemento fundamental na nossa abordagem. Esclarece Magalhães Godinho que a Grande Guerra, como também a alteração das políticas imigratórias dos tradicionais países de acolhimento dos emigrantes portugueses (Brasil e EUA), reduzem entre 1930 e 1945 a menos de 1/5 a média precedente de partidas⁵. Isto é, razões externas reduzem fortemente o número dos que emigram então.

Em simultâneo, Lisboa atinge a sua máxima proeminência no contexto continental. A capital vai ganhando, de 1930 para 1950, uma importância que a partir de 1960 vai esmorecendo, primeiro lentamente, e depois, de forma rápida, recuando em 1991 a uma relevância demográfica comparável com a que tinha em 1900 (ver Quadro 2).

Havendo razões específicas do crescimento da própria cidade (ligadas ao que V. Matias Ferreira chama “autoritarismo político e ordenamento urbano”, parte III, 1987) que vão criando as condições para a instalação dentro da cidade de um volume de habitantes antes desconhecido, também as há a nível do país (no mundo) que as enquadram.

É que de 1920 para 1950 todos os decénios a cidade ganha mais 100 mil residentes, dos 480 mil para os 780 mil. Tal facto, nunca antes nem depois observado, faz levantar a hipótese de que a excepcionalidade demográfica da cidade de Lisboa resulta da relação estruturada que a capital mantém com o resto do país, mesmo depois disso, e que tem, na inexistência circunstancial de outro “vazadouro de gente” dos campos, uma forte razão de ser.

O fraquíssimo crescimento proporcional da área envolvente da capital e da cidade do Porto levam-nos a reforçar a ideia de que se trata de um fenómeno à parte em Portugal. A partir de 1960, com o reforço das

emigrações internacionais em simultâneo com o crescimento acelerado das periferias de Lisboa e, lento, do Porto altera-se definitivamente tal situação. Só que até aí o caso difere. É ilustrativo o seguinte exemplo: o Continente que passa de 1920 para 1950 a dispor de mais 2 milhões e 200 mil, atinge agora 7,9 milhões de residentes, vê 13% desse acréscimo populacional ficar na capital (2998 562/2 253 681).

Tal constatação é tanto mais interessante quanto está demonstrado por J. Manuel Nazareth (1985, p. 979) que o distrito de Lisboa tem a descendência média mais baixa do país de 1930 a 1950, nem sequer substituindo as gerações em 1940 e 1950⁶. Valendo a cidade neste período à volta de 65% do total do distrito, é fácil verificar que o crescimento é esmagadoramente exógeno à cidade. O crescimento migratório anual médio do distrito, esse, se comparado no contexto nacional — que entre 30 e 40 é de 0,09% e de 1940 para 50 de -0,16%⁶, tendencialmente negativo como é característico de um país de emigração — tem em Lisboa um pico imigratório excepcional (+1.29% de 1930 para 40 e +1.25% de 1940 para 50).

2.2. Dominação demográfica reconvertida: uma Grande Lisboa num país em desertificação

Se Lisboa, como temos visto, domina estruturalmente o país, do ponto de vista demográfico observamos um processo de imposição dessa supremacia, menos afoita em meados de Oitocentos (1864), quando Lisboa ainda só concentra 4.85% da população do continente e uma área relativamente alargada em seu torno somam um total de 8.11% (ver Quadros 2 e 4) e, depois, já inequivocamente.

De então até 1950/60 a cidade do Tejo não pára de reforçar a sua posição face ao país e face às suas redondezas. Este domínio em relação às localidades vizinhas é visível quer se considere uma concepção mais restrita de área contígua (ver Quadros 2 e 3) ou uma ideia mais alargada de Área Metropolitana (ver Quadros 4 e 6). O efeito é semelhante: Lisboa é mais forte que os restantes juntos. A cidade-concelho é a capital demográfica de Portugal.

Contudo, a circunstância de excepcionalidade demográfica da cidade parece ter-se esgotado. Os limites físicos da cidade são finalmente tocados pela urbanização que não pára e a própria organização da capital vai implicando redefinições no espaço já edificado que afasta progressivamente do centro histórico de Lisboa os agora instalados.

O equilíbrio criado com o crescimento excepcional da cidade é desfeito a partir de 1950/60 com uma intensificação demográfica nas zonas

envolventes da capital e que leva a que, em 1970, já os arredores estejam mais povoados do que a cidade. Lisboa-cidade perde ritmo e mesmo decresce, mas a sua área de envolvimento não deixa de conquistar terreno.

Pela primeira vez, em 1991, a Área Metropolitana de Lisboa chega por si a 25% do total continental, tal como a Região do Porto que também se aproxima desse valor (24.31%).

A dominação que se vem estruturando ao longo destes 127 anos atinge populacionalmente um novo estágio: os dois maiores centros urbanos que agrupavam em seu torno menos de 25% da população continental, saltam neste período para mais de 50%, o país é mais radicalmente bipolar (ver Quadro 4).

Mas esta bipolaridade encobre, sem esconder, dois aspectos relevantes. Um, que a cidade de Lisboa é uma fortaleza populacional até muito recentemente. Só progressivamente a capital conhece um acompanhamento cada vez mais vincado dos concelhos próximos que levam a que esta área albergue, em 1960, 17.48% da população do Continente e os 25.85%, em 1991 (ver Quadro 6).

Por seu lado, a região a norte, embora aumente sempre, fá-lo por comparação, resistindo ao avanço de Lisboa. Deixa de valer mais do dobro da população da área que constituirá a metrópole de Lisboa, como acontece em 1864 — 16.65% do norte para 8.11% a sul, para em 1930 estar praticamente alcançada, o que só se consumará depois de 1960 com a contribuição dos concelhos limítrofes da capital que passam então a marcar o crescimento da metrópole lisboeta (ver Quadro 4).

Outro, que o país vive um declínio de fecundidade nas duas últimas décadas que quebrou a capacidade de crescimento endógeno da população portuguesa, homogeneizando as disparidades na fecundidade nas diversas regiões do país, o que vai corresponder a uma provável progressiva redução dos contingentes recrutáveis que se deslocam rumo a Lisboa. Mesmo colocando a hipótese da incapacidade total de reter nas regiões de origem os seus naturais, o que não parece ser exacto, a quantidade dos que se deslocam e a importância, em termos proporcionais, que os recentemente chegados têm, é agora reduzida de modo substancial. No domínio das migrações internas parece ter-se assim fechado um ciclo.

Quanto à precisão dos valores do declínio da fecundidade esclarece Maria Luís Rocha Pinto: “Em 1970, com uma descendência média (DM) de 3,0 Portugal situava-se entre os três ou quatro países europeus de mais elevada fecundidade. O panorama regional revela, contudo, situações muito distintas (...)” (1994, p. 303). E prossegue para as décadas seguintes: “O declínio da fecundidade nacional entre 80-81 e 90-91 foi igual ao da década anterior -27%, colocando Portugal como um dos países do mundo

de menor fecundidade — 1,6 filhos por mulher. Está neste processo acompanhado pelos países da Europa do Sul pertencentes à Comunidade Europeia. O fenómeno da homogeneização de comportamentos ao longo de todo o país vai prosseguir, com os valores de 90/91 a manifestá-lo claramente. A distância entre a fecundidade das várias regiões é mínima, se exceptuarmos os Açores, que ainda substitui as gerações” (1994, p. 304)⁷.

3. Apontamento final

A dominação demográfica encabeçada por Lisboa, como principal centro nacional, face à maior parte das regiões do país, que progressivamente vão ficando fragilizadas populacionalmente com a persistência de processos emigratórios e com o envelhecimento demográfico das populações que permanecem, vai-se estruturando continuamente ao longo do período em análise. Podemos, pois, falar de um século de alteração profunda, de reequacionamento dos equilíbrios populacionais a nível nacional.

Reforçam a sua posição demográfica os maiores centros nacionais e as áreas que lhes estão mais directamente vinculadas, já referimos no Quadro 4 que os 33 concelhos com mais de 50 mil habitantes em torno de Lisboa e do Porto concentram em 1991 mais de 50% da população do continente.

O ritmo, contudo, a que se processa o aumento de importância destas áreas urbanas no contexto nacional é variado, concorrendo um século inteiro (1864-1960) com um aumento de 13.57% no peso desta trintena de concelhos e, depois, apenas 30 anos (1960-1991) com um valor praticamente igual: 12.82% (ver Quadro 7).

Resistem inalteráveis, na sua posição a nível do país, um conjunto de concelhos que nas imediações das áreas de Lisboa e Porto ou que, localizados na ligação entre os maiores centros, dispõem de uma proximidade que nos levaria a supor que por isso são mais facilmente capazes de usufruir da centralidade próxima. Seleccionámos um conjunto de concelhos (29) que, acolhendo mais de 30 mil habitantes em 1991 (ver Figura 2 e Anexo 3), conservam à escala nacional sempre o mesmo peso (14.73%, 14.92%, 15.34% em 1864, 1960 e 1991). Zona de transição típica, escoadouro de entrada no destino de facto da população que se desloca de outras zonas do país para os grandes centros, esta zona — embora indefinida quanto aos seus limites territoriais — separa as áreas dominantes demograficamente e as zonas deprimidas populacionalmente.

O resto do Continente, que no equilíbrio de forças internas cede parte importante do seu valor directamente aos grandes centros nacionais (ver Quadro 7), tende a se desintensificar populacionalmente ao mesmo tempo que Lisboa e o Porto, de modos diferentes todavia, se densificam urbana e demograficamente.

Quadro 7: Evolução da população da A. de Lisboa e da R. do Porto e da «zona de transição» (1864-1960-1991)

%	1864	1960	1991
AL+RP	23.76	37.33	50.15
Zona transição	14.73	14.92	15.34
Resto Continente	62.06	48.35	35.19
HABITANTES			
33 concelhos			
AL+RP	933 119	3 096 088	4 700 137
29 concelhos			
Zona transição	578 323	1 236 934	1 437 474

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1960 e 1991. INE.

É um país mais desequilibrado na repartição da sua população, reforçando tendências já evidentes em meados do século XIX, que se apresenta às portas do século XXI. Lisboa, a reconvertida, ainda ganha distância do resto do país, mas quebrado o fulgor que ainda alimentou até à década de 80, não aspira, como já não aspirava antes!, a mais do que ser uma das maiores das pequenas cidades ou, talvez, uma das mais pequenas das grandes cidades do nosso tempo.

Notas

- ¹ O recurso à unidade administrativa “concelho” tem a ver com o facto de o limite físico da cidade não ser neste caso o critério fundamental, antes nos interessando a capacidade de concentração populacional por parte da(s) localidade(s) constituintes do município. A utilização deste critério veio, aliás, confirmar a fraquíssima importância das antigas capitais de distrito que mesmo consideradas com as suas freguesias exteriores se mostram incapazes de dominar demograficamente as áreas envolventes.
- ² A ideia de excepcionalidade demográfica da cidade de Lisboa no contexto do Continente português é relativa à actualidade, concretamente aos séculos XIX e XX. Não dispomos

de informações seguras acerca das épocas precedentes, embora os 10% a que fazemos referência não sejam historicamente confirmados. Mesmo num dos momentos mais importantes da cidade, anos 20/30 do século XVI, a capital ronda os 5% do total continental. Afirma Teresa Rodrigues: "... a capital do Reino manifestava no dealbar da Época Moderna uma vitalidade crescente e os indícios desse facto surgem consolidados pelas informações do numeramento de 1527-1532. Com efeito, a distribuição populacional que nele transparece coincide com as linhas gerais do povoamento herdadas da Idade Média e nele surge destacada a cidade de Lisboa, capital do Reino e do Império. Ela constitui a única realidade urbana do Portugal moderno. Cidade enorme para as dimensões nacionais, contaria entre cinquenta e sessenta mil habitantes, cerca de 5% do total nacional. O Porto rondaria então quinze mil almas, seguido de Évora. Com mais de cinco mil indivíduos existiam apenas Santarém, Elvas e Tavira" ["População" in *Dicionário da História da Cidade de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados (no prelo)]. A hipótese de Lisboa ter atingido no último quartel do séc. XVI (cerca de 1590 com 120 mil habitantes) os 10% do total do Continente contudo mantém-se. A mesma autora refere-o noutro seu trabalho, *As Crises da Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, tese de Mestrado, FCSH-UNL, pp. 51-52 e 86.

- ³ Alguns dos elementos de caracterização deste fenómeno de **metropolização** aparecem já traçados, entre outros, por V.M. Ferreira [1986 e 1987 a) e 1987 b)], *Atelier de Sociologia Urbana/ISCTE* (1986), Rita Brito et al. (1986), Maria Lucinda Ferreira (1988).
- ⁴ Vitorino Magalhães Godinho, num artigo intitulado "L'Émigration Portugaise (XV-XX siècles) une constante structurelle et les réponses aux changements du monde" (in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978), apresenta um quadro discriminativo dos volumes de emigração de 1855 a 1974 (p. 11):

ÉMIGRATION PORTUGAISE

Provenance: Portugal métropolitain et îles adjacentes
Toutes destinations

Période	Total de la période	Moyenne annuelle
1855-1859	50 178	10 036
1860-1865	31 241	5 206
1866-1870	41 121	8 224
1871-1875	70 906	14 181
1876-1880	57 826	11 565
1881-1885	84 682	16 936
1886-1890	104 952	20 990
1891-1895	158 380	31 676
1896-1900	111 637	22 327
1901-1905	128 341	25 668
1906-1910	197 926	39 585
1911-1915	271 279	54 255
1916-1920	154 496	30 899
1921-1925	157 157	31 431
1926-1930	167 595	33 519
1931-1935	37 459	7 492
1936-1940	44 246	8 849
1941-1945	19 199	3 839
1946-1950	71 072	14 214

1951-1955	244 811		48 962	
1956-1960	215 099		43 019	
		Les clandestins compris		Les clandestins compris
1961-1965	288 455	367 401	57 691	73 480
1966-1970	458 343	696 691	91 668	139 338
1971-1974	227 521	446 858	56 880	111 714
Somme 1855-1974	3 393 682			

Clandestins: les chiffres ne concernent que le entrés en France, seuls connus, 1974: résultats provisoires.

⁵ Afirma Vitorino Magalhães Godinho: "Les années 1911-1913 représentent un accès de fièvre, que l'on expliquait par des raisons politiques — l'instauration de la république; en fait, M. Joel Serrão l'a rappelé, même poussée en Espagne, où il n'y a aucun changement de régime politique: c'est donc la conjoncture économique et sociale qu'il faut mettre en cause. La Grande Guerre a évidemment réduit l'émigration, toutefois celle-ci reprend dès 1919. Ce ne sont point des raisons internes qui la font tomber entre 1930 et 1945 à moins de 1/5 de la moyenne précédente, avec seulement 6726 départs annuels; mais, ainsi que nous l'avons souligné, la politique suivie par les pays traditionnels d'accueil — Brésil et USA — et la Seconde Guerre Mondiale" ["L'Émigration Portugaise (XV-XX Siècles)"]. 1978, pp. 11-12.

⁶ Utilizámos aqui os resultados apresentados por J. Manuel Nazareth no artigo "A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação" (in *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-88-89, 1985), a propósito da descendência média, por distritos e das taxas de crescimento migratório anual médio, por distritos, pp. 979 e 980:

**Taxas de crescimento migratório anual médio, por distritos, de 1900 a 1980
(em percentagem)**

Distritos	1900-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	-0,45	-0,39	-0,27	-0,77	-1,10	+0,37
Beja	-0,05	-0,04	-0,56	-1,44	-3,49	-0,97
Braga	-0,53	+0,02	-0,44	-1,10	-1,76	-0,19
Bragança	-0,88	-0,02	-0,62	-1,32	-3,54	-0,33
Castelo Branco	-0,57	+0,08	-0,60	-1,33	-2,73	-0,86
Coimbra	-0,50	+0,13	-0,24	-0,98	-1,53	-0,20
Évora	-0,13	+0,35	-0,41	-0,89	-2,56	-0,20
Faro	-0,74	-0,19	-0,47	-1,04	-1,92	+1,61
Guarda	-0,95	+0,05	-0,80	-1,93	-3,46	-0,30
Leiria	-0,46	+0,09	-0,26	-1,02	-1,64	+0,54
Lisboa	+0,10	+1,29	+1,25	+0,62	+0,37	+1,51
Portalegre	-0,30	+0,09	-0,34	-1,37	-2,92	-0,36
Porto	-0,07	+0,37	+0,01	-0,38	-0,74	+0,39
Santarém	-0,28	+0,01	-0,25	-0,94	-1,39	+0,31
Setúbal	—	+0,28	+0,86	+0,50	+1,40	+2,81
Viana do Castelo	-0,64	-0,02	-0,46	-1,33	-2,06	-0,54
Vila Real	-0,68	+0,01	-0,42	-1,39	-3,30	-0,85

Viseu	-0,72	-0,63	-0,71	-1,53	-2,66	-0,47
Angra do Heroísmo	-0,68	+0,08	-0,11	-0,50	-2,28	-2,35
Horta	-0,78	-0,17	-0,49	-1,94	-2,57	-2,35
Ponta Delgada	-0,78	+0,11	-0,22	-1,68	-3,12	-2,35
Funchal	-0,37	-0,23	-0,71	-1,73	-2,32	-0,81
Portugal	-0,27	+0,09	-0,16	-0,74	-1,36	+0,44

Fonte: Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas. INE. Lisboa.

Descendência média, por distritos, de 1930 a 1980

Distritos	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Aveiro	4,0	3,5	3,8	3,9	3,4	2,3
Beja	4,1	3,2	3,0	2,5	2,4	2,3
Braga	4,5	4,1	5,0	5,0	4,5	2,8
Bragança	5,3	4,5	4,4	4,2	3,3	2,6
Castelo Branco	4,4	3,7	3,5	2,8	2,3	2,1
Coimbra	3,3	2,8	2,9	2,6	2,7	2,1
Évora	4,0	3,0	2,6	2,1	2,4	2,2
Faro	3,4	2,7	2,5	2,2	2,4	2,2
Guarda	4,4	4,0	3,8	3,4	2,8	2,3
Leiria	4,2	3,6	3,4	3,0	2,7	2,2
Lisboa	2,6	1,8	1,9	2,1	2,5	1,9
Portalegre	4,0	3,0	2,6	2,3	2,4	2,1
Porto	3,9	3,2	3,9	4,0	3,6	2,2
Santarém	3,9	3,0	2,8	2,5	2,4	2,1
Setúbal	4,0	3,0	2,4	2,2	2,2	2,0
Viana do Castelo	3,6	3,2	3,6	3,4	3,0	2,5
Vila Real	4,7	4,1	4,5	4,5	4,0	3,0
Viseu	4,2	3,8	4,0	3,9	3,7	2,8
Angra do Heroísmo	3,7	3,3	3,8	4,2	3,0	3,3
Horta	3,3	2,8	3,0	2,9	3,2	3,3
Ponta Delgada	4,6	4,1	4,5	4,9	4,7	3,3
Funchal	4,8	4,2	4,3	4,2	4,2	2,5
Portugal	3,9	3,2	3,3	2,9	3,0	2,2

Fonte: Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas. INE. para 1980. De 1930 a 1970, Maria Graça Morais. "A substituição das gerações em Portugal". in *Análise Social*, n.º 75. ICS. Lisboa. 1983.

⁷ Maria Luís Rocha Pinto apresenta de forma detalhada no seu artigo "As tendências demográficas" in *Portugal 20 anos de democracia*, os dados relativos à descendência média por regiões em 1970/71, 1980/81 e 1990/91, p. 304:

Descendência média por regiões			Descendência média por regiões	
Distritos	DM	DM	NUTS 1909/91	DM
	1970/71	1980/81		
Portugal	3,0	2,2	Portugal	1,6
Continente	3,0	2,2	Continente	1,6
Aveiro	3,3	2,3	Norte	1,6
Beja	2,4	2,2	Minho-Lima	1,5
Braga	4,5	2,8	Cávado	1,7
Bragança	3,3	2,5	Ave	1,7
Castelo Branco	2,3	2,1	Grande Porto	1,5
Coimbra	2,7	2,1	Tâmega	1,9
Évora	2,3	2,1	Entre Douro e Vouga	1,5
Faro	2,4	2,1	Douro	1,7
Guarda	2,8	2,3	Alto Trás-os-Montes	1,7
Leiria	2,7	2,2	Centro	1,5
Lisboa	2,5	1,8	Baixo Vouga	1,6
Portalegre	2,4	2,1	Baixo Mondego	1,4
Porto	3,6	2,2	Pinhal Litoral	1,5
Santarém	2,4	2,1	Pinhal Interior Norte	1,6
Setúbal	2,2	1,9	Pinhal Interior Sul	1,5
V. do Castelo	3,0	2,4	Dão-Lafões	1,7
Vila Real	4,0	2,8	Serra da Estrela	1,5
Viseu	3,7	2,8	Beira Interior Norte	1,6
Ilhas	3,9	2,8	Beira Interior Sul	1,4
Açores	3,1	3,3	Cova da Beira	1,6
A.do Heroísmo	3,0		Lisboa e Vale Tejo	1,5
Horta	3,2		Oeste	1,5
Ponta Delgada	4,7		Grande Lisboa	1,5
Madeira	3,8	2,5	Península Setúbal	1,5
			Médio Tejo	1,5
			Lezíria do Tejo	1,4
			Alentejo	1,5
			Alentejo Litoral	1,5
			Alto Alentejo	1,5
			Alentejo Central	1,5
			Baixo Alentejo	1,6
			Algarve	1,7
			Reg. Aut. Açores	2,2
			Reg. Aut. Madeira	1,7

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1960 (Dados retrospectivos de 1864 a 1960), 1970 e 1981 (Resultados Definitivos), 1991 (Resultados Pré-Definitivos)

Bibliografia

- ATELIER DE SOCIOLOGIA URBANA/ISCTE, "Sociologia Populacional da Área Metropolitana de Lisboa. Uma aproximação aos dados estatísticos" in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 1, 1986, pp. 123-162.
- BRITO, Rita; PACHECO, Alcino; PIMENTEL, Dulce, *Tendências recentes da dinâmica populacional da cidade de Lisboa*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, FCSH-UNL, 1986.
- FERREIRA, Vítor Matias, "O processo de metropolização de Lisboa — Estruturação Territorial e Ordenamento Urbano" in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 1, 1986, pp. 23-54.
- FERREIRA, Vítor Matias, "A Cidade de Lisboa, 1850-1980. Para uma abordagem histórica e sociourbanística da capital do País", in *Povos e Culturas* n.º 2, 1987, pp. 217-241.
- FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Pub. D. Quixote, Lisboa, 1987.
- FONSECA, M.ª Lucinda da, "As migrações para a área metropolitana de Lisboa: dos anos 60 aos anos 80", in *Povos e Culturas*, n.º 3, 1988, pp. 267-298.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Biblioteca Breve, ICLP, Lisboa, 1980.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Ed. Arcádia, Lisboa, 1977 (ed. orig. 1971).
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "L'Émigration Portugaise (XV-XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 5-32.
- LEDRUT, Raymond, *Sociologie Urbaine*, PUF, Paris, 1968.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, Vega, Lisboa, vol. I, 1988, vol. II, 1989.
- NAZARETH, J. Manuel, "A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação", in *Análise Social*, vol. XXI, n.ºs 87-88-89, 1985, pp. 963-980.
- PINTO, M.ª Luísa Rocha, RODRIGUES, Teresa, "A Evolução da População Portuguesa ao Longo do Século XIX — Uma Perspectiva Global", in *Forum Sociológico*, n.º 3, 1993, pp. 145-172.
- PINTO, M.ª Luísa Rocha, "As Tendências Demográficas", in *Portugal 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
- RODRIGUES, Teresa, "População" in *Dicionário da História da Cidade de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados (no prelo).
- RODRIGUES, Teresa, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade* (Tese de Doutoramento), FCSH-UNL, Lisboa, 1993.
- VIEIRA, António Pedro Lopes, "Noções Operatórias sobre Cidade, População Urbana e População Rural", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 105-128
- WIRTH, Louis, "Urbanism as a Way of Life" in *American Journal of Sociology*, vol. 44, 1938.

Anexo 1: População da cidade de Lisboa e de Portugal Continental de 1864 a 1991

	LISBOA	PORTUGAL Cont.	%
1801*	164 731	2 912 673	6.26
	199 506		
1821*	178 178	3 026 450	6.55
	217 900		
1835*	207 410	3 061 684	6.99
	220 750		
1853*	166 539	3 471 199**	4.89
	172 835		
1864***	190 311	3 927 392	4.85
1878***	240 740	4 303 664	5.59
1890***	300 964	4 713 319	6.39
1900***	351 210	5 039 744	6.97
1911***	431 738	5 586 053	7.73
1920***	484 664	5 668 232	8.55
1930***	591 939	6 334 607	9.34
1940***	694 389	7 218 882	9.62
1950***	783 226	7 921 913	9.89
1960***	802 230	8 292 375	9.67
1970***	760 150	8 123 310	9.36
1981***	807 937	9 336 760	8.65
1991****	663 404	9 371 448	7.08

Fontes: Valores de Portugal Cont. entre 1801 e 1853 in PINTO e RODRIGUES, 1993, p. 159.

* in RODRIGUES, 1993, Anexo XXI

** Valor relativo ao ano de 1851

*** Valores de Lisboa e Portugal C. a partir dos Resultados definitivos dos Censos do INE

**** Valores de Lisboa e Portugal C. a partir dos Resultados pré-definitivos do Censo do INE

Anexo 2: População de Portugal Continental, da cidade de Lisboa, da AML, da cidade do Porto e da AMP de 1864 a 1991

	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Portugal												
Cont.	3 927 392	4 713 319	5 039 744	5 586 053	5 668 232	6 334 607	7 218 882	7 921 913	8 292 375	8 123 310	9 336 760	9 371 448
Lisboa	190 311	300 964	351 210	431 738	484 664	591 939	694 389	783 226	802 230	760 150	807 937	663 404
AML*	281 837	414 560	481 431	594 058	659 855	814 581	969 001	1 157 034	1 364 637	1 664 055	2 268 729	2 287 474
Porto	89 349	146 454	165 729	191 890	202 310	229 794	258 548	281 406	303 424	301 655	327 368	302 535
AMP**	216 474	319 099	357 296	418 225	439 122	514 355	603 545	676 315	772 146	855 645	1 031 263	1 078 220

* Inclui os concelhos de Lisboa, Cascais, Loures, Oeiras e Amadora. Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal.

** Inclui os concelhos de Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Anexo 3: Os 33 concelhos mais populosos em 1991 nas áreas de Lisboa e Porto (mais de 50 mil habitantes)

	1864	1900	1930	1960	1991
Lisboa	190 311	351 210	591 939	802 230	663 404
Loures	16 542	21 454	29 101	102 124	322 158
Sintra	20 766	26 074	37 986	79 964	260 951
Amadora*	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	177 167
Cascais	6 575	9 463	22 932	59 617	153 294
Almada	10 192	15 704	23 694	70 968	151 783
Oeiras	6 027	10 447	29 440	94 255	151 342
Seixal	5 634	6 661	10 088	20 470	116 912
Setúbal	15 541	25 406	50 456	56 344	103 634
V.F. Xira	13 622	15 766	24 053	40 594	103 571
Barreiro	4 439	7 738	21 030	35 088	85 768
T. Vedras	24 268	35 726	47 917	58 837	67 185
Moita	4 404	6 350	9 486	29 110	65 086
Porto	89 349	165 729	229 794	303 424	302 535
V.N. Gaia	47 631	74 482	102 950	157 357	248 567
Guimarães	44 188	54 910	65 417	116 272	157 589
Matosinhos	13 554	25 071	50 962	91 017	151 781
Gondomar	21 834	32 428	49 758	84 599	143 178
Braga	48 420	58 339	58 761	92 938	141 256
Feira	31 692	38 494	52 679	83 483	118 641
V.N. Famalicão	27 700	33 978	43 561	79 250	114 338
Barcelos	44 021	46 953	58 360	83 211	111 733
S. Tiroso	22 526	28 371	41 078	77 130	102 593
Maia	13 688	20 367	29 536	53 643	93 151
V. Castelo	42 526	47 311	53 380	75 320	83 095
Valongo	8 511	11 853	17 239	33 300	74 172
Paredes	17 652	20 911	26 304	43 388	72 999
Ol. Azeméis	23 687	26 391	33 072	46 263	66 846
Penafiel	28 247	31 799	37 496	49 924	68 444
Vila Conde	21 907	27 366	34 116	48 806	64 836
Amarante	28 790	32 931	37 796	47 823	56 092
Póv. Varzim	18 704	24 527	28 780	40 444	54 788
Felgueiras	20 171	22 973	25 424	38 895	51 248

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1960 e 1991 (Pré-Definitivos), INE

* A localidade da Amadora está, até ao Censo de 1981, incorporada no concelho de Oeiras.

**Os 29 concelhos nas imediações/ligação das áreas de Lisboa e Porto
(com mais de 30 mil habitantes em 1991)**

	1864	1960	1991
Águeda	18 889	35 274	44 045
Aveiro	19 296	46 055	66 444
Espinho	5 107	23 084	35 007
Ílhavo	8 210	25 108	33 235
Ovar	21 526	35 320	49 689
Esposende	13 330	23 966	30 101
Fafe	22 674	43 782	47 862
Vila Verde	31 442	42 256	44 059
Cantanhede	24 544	41 303	37 140
Coimbra	40 681	106 404	139 093
Figueira Foz	32 953	57 631	61 555
Alcobaça	21 217	50 027	54 382
Caldas Rainha	13 591	37 430	43 205
Leiria	32 252	82 988	102 762
Marinha Gr.	6 055	20 483	32 234
Pombal	26 366	59 931	51 357
Alenquer	17 443	34 998	34 098
Mafra	22 511	35 739	43 731
Lousada	14 304	27 947	42 502
Marco Canav.	23 820	39 270	48 133
Paços Ferrei.	9 627	27 537	44 190
Abrantes	20 303	51 869	45 697
Santarém	28 340	63 777	62 621
Tomar	21 984	44 161	43 139
Torres Novas	19 709	36 732	37 692
V.N. Ourém	17 392	47 511	40 185
Montijo	6 325	30 217	36 038
Palmela	6 172	23 155	43 857
Ponte Lima	32 260	42 979	43 421

Fonte: Recenseamentos da População 1960 e 1991 (Pré-Definitivos), INE.

Figura 2: Áreas de maior concentração populacional em Portugal Continental em 1991

